

A moralidade econômica

*5 SET 1992

EUCLIDES LISBÔA

JORNAL DE BRASÍLIA

Os contornos de uma crise moral, gerada pelas denúncias de corrupção envolvendo PC, Cláudio Vieira, o Palácio do Planalto e outros, acabaram confundindo, no âmago, a escala de prioridades traçada pela sociedade. Há poucos meses, toda a atenção nacional estava dirigida para os efeitos da política de modernização do Governo e para uma virtual retomada do crescimento econômico pós-recessão, com a inflação controlada.

Os milhões de pessoas que foram às ruas em defesa do afastamento do Presidente mostraram que a sociedade passou a se mobilizar, também, pela formação de uma nova moral para o setor público e em defesa da montagem de instituições mais resistentes em relação à esperteza dos corruptos. A questão de que se a crise moral suplantou a prioridade pelo Brasil moderno ainda depende de uma avaliação mais profunda, mas é certo que a sociedade, em sua perplexidade, não aceita mais nem a corrupção nem o empobrecimento. Os movimentos de rua que o digam.

As articulações pela nova ordem econômica interna só se mantiveram em estado de imersão, enquanto a mídia passou a bombardear a corrupção oficial. Nos últimos dias, contudo, começou a emergir um movimento, iniciado nas elites, propugnando a substituição do ministro Marcílio Marques Moreira por outro titular, com princípios mais heterodoxos e capazes de conter a alta dos preços via novo pacote. O argumento central é que Marcílio não conseguiu domar a inflação, em que pese todo o arrocho imposto contra a sociedade. Os dados disponíveis até agora indicam que a inflação média de todo o governo Sarney foi de 17,4%, contra a média de 16,8% de Collor, o que indica que estamos na mesma, mas muito mais pobres.

O próprio Palácio do Planalto se encarregou de dirigir algumas farpas contra o ministro Marcílio nos úl-

timos dias, isto é, o Governo colocando em xeque a sua própria política econômica, que foi carregada de sacrifícios desde o confisco promovido pela ministra Zélia. O tiroteio contra Marcílio só ainda não pegou fogo, porque está sendo defendido surdamente por alguns suspeitos governistas, cuja vida pública sempre se pautou pela abertura das torneiras públicas em troca de objetivos eleitoreiros.

Em um ponto, pelo menos, se confundem as articulações pela busca da nova moral e de uma política econômica mais eficiente: as elites empresariais, tão atacadas pelo candidato Collor mas que fizeram o grande acordo para impedir a vitória de Lula, estão defendendo o *impeachment* ou a renúncia do Presidente, ao mesmo tempo em que estão produzindo as primeiras críticas públicas ao ministro Marcílio. Os empresários de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas e outros estados já trabalham pela queda do Presidente e de seu ministro da Economia, na esperança de que surjam, milagrosamente, novas formas de financiamento para o crescimento econômico.

Toda essa expectativa em torno do desempenho da economia, que deverá centralizar as atenções tão logo se resolva a questão de Collor, está dirigida a Itamar Franco, por um principal motivo: o vice é desenvolvementista e, apesar de toda a admiração que nutre por Marcílio, não deverá mantê-lo no Ministério, caso assuma o Governo. O ministro Marcílio, com todo a autoridade que ganhou por significar o "lado honesto" do Governo, inclusive para os militares, carrega a pecha de ter enriquecido os bancos em detrimento do setor produtivo, que decresceu 0,5% no primeiro ano do atual Governo, enquanto o tão e então criticado Sarney conseguiu um crescimento global de 4,2%.

■ *Euclides Lisbôa é editor de política do Jornal de Brasília*